

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1390 | 05/06/2017 a 11/06/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

MEIO AMBIENTE

5 ANOS DO CÓDIGO FLORESTAL: POUCO A COMEMORAR

Trâmites legais ainda emperram a
implantação total da nova legislatura

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Cinco anos após entrar em vigor, o Código Florestal brasileiro ainda gera incertezas no campo. Mesmo representando um avanço em relação à legislação anterior, o novo Código ainda esbarra em um emaranhado de trâmites legais para ser implantado totalmente. Levou 13 anos até ser aprovado no Congresso, mas cinco anos depois ainda há muito a se fazer e a se incentivar, como a implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) nas propriedades rurais brasileiras.

Nesta edição, também temos um desdobramento do estudo sobre o potencial de escoamento da produção agropecuária paranaense, produzido pelo DTE/FAEP. A reportagem traz informações sobre o mercado de fertilizantes no Estado.

Outra reportagem mostra o trabalho do Consorzio Italiano Biogás para desenvolver bioenergia no país.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores**

Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santaroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro |

Delegados Representantes: Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon

Edição: Ricardo Medeiros

Redação e Revisão: André Amorim e Carlos Guimarães Filho

Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuei

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1390:

Fernando Santos, Carlos Guimarães Filho, Milton Dória, APPA, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE



LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Novo Código Florestal

PAG. 3

CONSERVAÇÃO

Encontros sobre o Prosolo

Pág. 8

HISTÓRIA

Os primeiros homens a cruzarem o Atlântico de avião

Pág. 12

BIOENERGIA

Consorzio Italiano Biogás serve de referência para o Brasil

Pág. 14

ESTUDO

Logística de fertilizantes

Pág. 22

Cinco anos de Código Florestal

Apesar de alguns avanços, produtor rural ainda tem pouco a comemorar

Por Cynthia Calderon e Carla Beck



Mobilização de produtores paranaenses em Brasília pela aprovação do Novo Código Florestal em 2011

O produtor rural Luís Carlos Chaves foi personagem do especial “Por que mudar o Código Florestal?”, produzido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR em 2012. À época, ele demonstrava preocupação se a sua propriedade de 33 hectares no distrito de Universo, em Nova Aurora (região Oeste), continuaria produtiva caso o novo Código Florestal não fosse aprovado. Pelo antigo Código, 41,4% de sua área aonde ele produzia leite e milho, e onde tinha ainda o aviário, seriam improdutivas.

Cinco anos depois, ele continua produzindo em 17 hectares que sobraram. A outra parte ele vendeu. A diferença é que agora, com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), Chaves e a família vivem em situação legal podendo realizar operações financeiras e produzir sem preocupação com a legislação ambiental. “Foi bom o Código, a gente não sabia o que ia acontecer.”

Processo

O novo Código Florestal completou cinco anos no dia 25 de maio. Para se chegar a sua aprovação foram 13 anos de intensas discussões e debates intensos. Embora não tenha agradado nem aos ambientalistas e nem aos produtores rurais, foi o mais equilibrado a que se conseguiu chegar, por ter como principal diferencial a possibilidade de poder ser cumprido, diferente do anterior que deixava propriedades completamente inviáveis economicamente.

O novo Código estabeleceu normas gerais sobre a proteção e exploração de florestas e parâmetros para a delimitação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), além de criar dois mecanismos de regulamentação o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Impasses

Junto com as normas gerais, esperava-se que o reconhecimento da legitimidade do novo Código Florestal colocasse fim às polêmicas e divergências ambientais. A expectativa de solução definitiva não aconteceu, pois questões ambientais que pelo novo Código Florestal, que é a legislação em vigor, estão resolvidas, ainda geram discussões por alguns ambientalistas ao discordarem da lei, decidirem desconsiderá-la.

O Ministério Público Federal promoveu três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando vários dos dispositivos do novo Código Florestal. O clima de insegurança jurídica voltou a pauta e acirra novamente uma discussão que já estava praticamente encerrada. Em 2016 foi realizada uma audiência pública para ouvir instituições e técnicos favoráveis e contrários às mudanças do novo Código, porém a decisão não ocorreu até hoje. Nessas ações, o Ministério Público questiona as principais conquistas do novo Código dentre elas áreas consolidadas, isenção de recuperação de área de Reserva Legal para propriedades de até quatro módulos fiscais (72 hectares) e a possibilidade da soma de áreas de Preservação Permanente no cômputo da Reserva Legal.

Ambiguidade



Leonir Bianchessi tem uma propriedade de 10 hectares em Marialva. Ele também foi personagem, há cinco anos, do especial intitulado “Por que mudar o Código Florestal?”. Pelo antigo Código ele perderia 65% da sua área produtiva, incluindo sua casa. Ele fez o CAR e mantém 30 metros de APP na beira do rio Ivai, o dobro do exigido pelo novo Código, considerando que sua propriedade tem menos de quatro módulos fiscais.

Mas, mesmo assim o entendimento do Ministério Público, desconsiderando a legislação atual, é de que ele tem que deixar 100 metros de APP. “Para não ter problemas deixei o que foi decidido”, explica. Bianchessi tentou lotear a área para vendê-la e adquirir uma nova área em um local longe do rio. Contudo, ainda não conseguiu a licença.

“Esses questionamentos prejudicaram a implantação do Código e, ainda mantém produtores em situação de insegurança”, diz o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR Ágide Meneguette (foto abaixo).



Sisleg

No Paraná, o Decreto nº 2.711/2015 que regulamentou o PRA tratou de uma peculiaridade específica do Estado que é a revisão dos termos de compromissos assinados no Sistema Estadual de Registro da Reserva Legal (Sisleg). Esse decreto estabeleceu que todos os termos de compromissos assinados de acordo com a legislação ambiental antiga deveriam ser revistos e adequados às novas regras, porém até agora nenhum termo foi analisado, embora esteja na lei.

Cartórios de Registros

O Decreto também inovou ao regulamentar os procedimentos nos cartórios de registros de imóveis em relação ao CAR. Com o novo Código Florestal, os produtores rurais ficaram desobrigados de averbarem em cartório o registro da Reserva Legal. Contudo, os cartórios desconsideraram a legislação e continuam exigindo o documento.

A FAEP solicitou à Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná que a apresentação do CAR nos cartórios fosse suficiente para que as modificações nas propriedades rurais acontecessem, conforme a Lei. A Corregedoria acatou e emitiu uma circular aos cartórios regulamentando que o CAR seria o único documento exigido.

Insegurança

Entretanto, em 2016, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) fez nova solicitação à Corregedoria que acatou a sugestão e retomou a obrigatoriedade da análise e verificação do IAP para qualquer modificação no cartório de registro de imóveis.

A FAEP, em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (ANOREG), requereu ao Corregedor a expedição de ato normativo visando orientar os registradores de imóveis no Estado. O Corregedor fez nova análise, mas a insegurança jurídica permanece por não cumprir a legislação em vigor no Estado.

Outras realizações importantes também sofreram atraso como a análise dos cadastros, definição de regras para cotas de reserva ambiental e a implantação do PRA. Após cinco anos de Código Florestal muitas incertezas ainda permanecem.

Ideologias

“O certo é que uma legislação que foi tão debatida não pode ficar a mercê de ideologias e pressões de grupos radicais que tentam criar embaraços e dificuldades agindo de forma paralela a lei”, avalia Meneguette.

Pouco ou quase nada avançou e o produtor rural continua com esse emaranhado de trâmites legais. E, para que essa lei saia do papel e seja realizada na sua totalidade é preciso vencer mais algumas etapas como a correção dos cadastros que foram realizados errados, que o processo de cadastramento seja finalizado, que o PRA seja implantado nas propriedades rurais, mas, principalmente que as legislações federal e estadual sejam respeitadas. Só assim o produtor conseguirá virar essa página.

Ações da FAEP



Por entender a sua importância para que os milhares de produtores paranaenses pudessem produzir dentro da legalidade, o Sistema FAEP/SENAR-PR, com instituições parceiras, técnicos e produtores rurais organizou uma força-tarefa para que se concluísse sua aprovação, considerada uma grande conquista.

Foram realizados diversos estudos sobre o antigo Código Florestal (1967) e os impactos que a sua manutenção teria para a produção agropecuária no Paraná. A antiga legislação deixaria milhares de propriedades na ilegalidade por penalizar os menores que teriam uma necessidade maior de abrir mão de suas áreas produtivas tornando a propriedade rural insustentável economicamente. É o caso do Luís Carlos Chaves, que com o novo Código teve sua área consolidada e pôde continuar sua produção.

Fases

Diversas palestras de esclarecimento foram realizadas no interior do Paraná, além de manifestações em Brasília. Houve o acompanhamento de cada uma das etapas de discussões, com elaboração de cartilhas, materiais didáticos e informativos sobre o que estava sendo realizado. Os produtores rurais foram constantemente informados sobre os acontecimentos por meio dos canais de comunicação do Sistema FAEP/SENAR-PR, entre eles o Boletim Informativo.

Também foram enviados especialistas a Brasília para participarem das discussões no Congresso mostrando a importância da agropecuária para a economia brasileira e o grande problema social que a legislação como estava gerava na vida de produtores.

Na prática

Após a aprovação do novo Código, o Sistema FAEP/SENAR-PR entrou numa etapa mais prática, sua execução. Foram produzidos novos informativos, realizadas dezenas de palestras pelo interior capacitando técnicos para a execução do CAR. Novamente foram feitos materiais orientando o produtor sobre como realizar o CAR, campanhas de divulgação do prazo, capacitação de técnicos para a realização do cadastro.

Houve a cobrança ao governo do Estado para que houvesse a regulamentação estadual.



Capacitações



Cumprindo seu papel, desde o início o Sistema FAEP/SENAR-PR capacitou técnicos, funcionários de sindicatos rurais e de prefeituras, instrutores, Emater, Fetaep, policias ambientais, profissionais liberais, cartorários, bancos e órgão ambiental buscando treinar o maior número de instituições. Foram mais de 4 mil facilitadores.

Parcerias



O CAR do Luís Carlos Chaves foi feito pelo Sindicato Rural de Nova Aurora. “O dele foi um dos primeiros cadastros que fizemos. Ele está numa área próxima do rio Piquiri e já tinha preservação e o código trouxe benefícios para quem já preservava”, afirma o secretário executivo do sindicato, Lorival Camilo da Luz.

Em Nova Aurora, o sin-

dicato atendeu a praticamente todos os associados e mais alguns escritórios da cidade que estavam habilitados ao cadastramento. “Tínhamos feito várias capacitações e podíamos contar com a assessoria da FAEP. Hoje, o produtor consegue ver os benefícios e está esclarecido sobre sua situação”, avalia.

Regulamentação estadual



Após a aprovação do Código, houve a participação ativa na construção da Lei no. 18295/2014 que instituiu o Código Florestal no Paraná e no Decreto no. 2711/2015 que instituiu o PRA no Estado. “Tudo isso por entender que o novo Código Florestal é uma importante conquista para o setor, que apesar de continuar cercado por uma rigorosa legislação ambiental, tornou viável a produção agropecuária e a preservação ambiental” avalia Meneguette.

Atrasos

Podemos considerar que a inscrição de propriedades rurais no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) foi o único ponto



da lei que caminhou bem desde 2014, apesar da demora. O produtor rural José Roberto dos Santos realizou o cadastro dentro do prazo. Hoje ele está com a situação regular e já utilizou o CAR para financiar a lavoura. Antes da atual legislação ele perderia 24% do total de 24 ha em Palotina aonde produz milho e soja.

Prorrogação

As instituições se uniram e levaram ao conhecimento do produtor rural a importância e o prazo de um ano para que o cadastro fosse feito. Passado esse período ainda havia muita inscrição a ser feita e muita desconfiança do produtor rural sobre o assunto.

Mais uma vez houve mobilização do setor produtivo solicitando a prorrogação. A FAEP encaminhou três ofícios ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) pedindo mais prazo.

No último ano, o governo prorrogou o prazo, porém, limitando o benefício somente aos produtores rurais de até quatro módulos fiscais. Novamente, a FAEP encaminhou solicitação e governo entendeu a necessidade de ampliar o benefício a todos.

SICAR



Ao longo do período de realização do CAR o programa Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) apresentou alguns erros e diferentes versões. As vésperas

do encerramento do prazo regulamentar para realização do CAR, o Sicar apresentou problemas.

O Sistema FAEP/SENAR-PR manteve um acompanhamento sistemático dos acontecimentos, apontou ao Ministério do Meio Ambiente os problemas, solicitou correções e ofereceu contribuições para melhorar as versões. A FAEP treinou 20 instrutores para esclarecer as principais dúvidas, apresentar as mudanças e atualizações do sistema operacional do CAR.

Retificação e Cancelamento

Um dos maiores questionamentos da FAEP foi a possibilidade de correções dos cadastros, considerando a complexidade da realização dos cadastros e o grande número de erros. Em alguns casos, a retificação não seria suficiente e a FAEP demandou e o IAP regulamentou a Portaria nº. 119 que permite o cancelamento.

Balço



Os produtores fizeram seu dever de casa e até 31 de abril de 2017, havia mais de 4 milhões de imóveis cadastrados no Brasil, com um percentual de área superior a 100%, indicando que muitos cadastros foram feitos de forma errada e que no futuro terão que ser corrigidos.

No Paraná 387.389 mil imóveis, de um total de 493.833 mil, já estão cadastrados no sistema.



Boas práticas no campo

Prosolo incentiva a conservação do solo e da água. Programa foi apresentado em Pato Branco, Guarapuava, Cascavel e Umuarama



Produtores de 22 municípios do Sudoeste paranaense acompanharam a reunião sobre o Prosolo, em Pato Branco

Uma série de reuniões regionais vem divulgando o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo) pelo Estado. Nos dias 30 e 31 de maio, encontros reuniram produtores, técnicos, agente políticos e dirigentes em Pato Branco, Guarapuava, Cascavel e Umuarama. O programa tem como objetivo incentivar as boas práticas no campo. O Paraná é referência na conservação de solo. Essa preocupação ajudou a transformar o Estado em uma potência em produção agrícola no país. Mas mesmo com esses avanços, os agricultores paranaenses ainda enfrentam problemas, como a erosão, que voltou a aparecer com força nas propriedades nos últimos anos.

Na abertura do seminário em Cascavel (região Oeste), no dia 31 de maio, que contou com a presença de aproximadamente 500 pessoas no anfiteatro do Centro Universitário FAG, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, lembrou que o solo é o principal patrimônio do produtor rural e que a sua con-

“Um solo compactado e com erosão tende a perder produtividade, o que não queremos”

*Norberto Ortigara,
secretário estadual da Agricultura
e do Abastecimento*



O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR Ágide Meneguette, durante a abertura do encontro sobre o ProsoLO em Umuarama

servação é fundamental para o aumento da produtividade e da renda do homem do campo. “Temos tecnologias disponíveis, mas precisamos corrigir os solos para elevar cada vez mais a nossa produção. O ProsoLO é uma importante ferramenta criada para ajudar o produtor rural a combater a erosão em suas propriedades. Este programa é de longo prazo”, afirmou Meneguette.

“Sempre incentivamos a produção de forma consciente. Com o uso de boas práticas, do jeito correto. Conduzindo e armazenando água, repondo fertilidade e matéria orgânica no solo. Entendemos que essas ações de conservação são essenciais para que continuemos ganhando o jogo na

Fiscalização e multa

O ProsoLO tem quatro eixos de atuação: conscientização dos produtores, capacitação de técnicos, pesquisa aplicada e atualização da legislação. Os produtores que não aderirem e forem denunciados por erosão ou por não cuidar do solo poderão ser multados pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), que fará a fiscalização das propriedades a partir de agosto deste ano. A multa varia de 5 a 17 UPFs, dependendo dos danos causados, do tamanho da propriedade e da gravidade da situação. A UPF está valendo R\$ 99 a unidade.



O secretário de Agricultura, Norberto Ortigara, fala sobre o programa em Guarapuava

agricultura do Estado. Um solo compactado e com erosão tende a perder produtividade, o que não queremos”, disse o secretário da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, no encontro no Sindicato Rural de Guarapuava (região Centro-Sul), que reuniu cerca de 300 pessoas no dia 30 de maio.

“É um programa que envolve toda a sociedade e os órgãos agrícolas e de pesquisa. Cada um que esteja envolvido neste setor deve fazer sua parte e devemos cobrar que seja um programa continuado, para que assim o Paraná continue sendo um Estado de ponta na produção agrícola e que o nosso agricultor produza com sustentabilidade”, defendeu Meneguette no evento do Prosolo realizado na Sociedade Rural de Umuarama (região Noroeste), no dia 31 de maio.

Para o engenheiro agrônomo Marcos Vieira, que apresentou a palestra “Conservar o Solo e a Água. Questão de Ambiente ou de Renda?” nos quatro encontros regionais, a conservação de solo e água deve ser incorporada na rotina do produtor. “É um conjunto de tecnologias que deve ser incorporado ao sistema produtivo. Com isso, o produtor passa a produzir de forma mais conservacionista”, defendeu Vieira, durante palestra no Centro Regional de Eventos de Pato Branco (região Sudoeste), que reuniu cerca de 500 pessoas no dia 30 de maio.

Durante as reuniões, o programa foi detalhado pelo engenheiro agrônomo da FAEP Werner Herman Meyer Junior. O Prosolo foi desenvolvido pela Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab), em parceria com mais 22 entidades, como o Sistema FAEP/SENAR-PR.

Objetivo do programa

O Prosolo Paraná tem como objetivo promover a conservação do solo e da água, servindo de suporte ao produtor rural com ações de treinamento e pesquisa, buscando reduzir perdas econômicas, sociais e ambientais no meio rural paranaense.

O beneficiário do programa é o produtor rural (proprietário ou arrendatário) que tem problema de degradação do solo. Esses produtores têm prazo até 29 de agosto deste ano para aderirem ao Prosolo Paraná. Após a adesão ao programa, o produtor rural terá um ano para apresentar o projeto técnico à Emater. O produtor terá prazo de até três anos para executar o projeto.

O produtor ou proprietário rural notificado por órgão fiscalizador terá 60 dias para aderir ao programa. Com isso, o prazo para apresentação do projeto de conservação de solos será prorrogado por até um ano.

Mais informações podem ser obtidas por meio do site prosolo.pr.gov.br.



O encontro sobre o Prosolo em Cascavel reuniu técnicos, produtores e dirigentes sindicais

Agrinho em terras portuguesas

Parceria com universidade de Portugal pode levar o programa do SENAR-PR para diversos países de língua portuguesa



José Carlos Gabardo, Patrícia Lupion, Humberto Malucelli Neto, Carla Oliveira, Daniela Vieira e Cleverson Andreolli

Depois de ser replicado em outros estados brasileiros, o Programa Agrinho deve se internacionalizar. No dia 29 de maio, o SENAR-PR recebeu em sua sede, em Curitiba, a vice-reitora da Universidade Aberta (UAb) de Portugal, Carla Padrel de Oliveira, e a professora Daniela Vieira, para tratar de uma parceria com a instituição portuguesa.

O objetivo é trabalhar a formação dos professores portugueses para a utilização dos materiais pedagógicos do Agrinho. Segundo Carla, além de Portugal, esta formação deve contemplar futuramente, por meio da UAb, outros países de língua portuguesa, como Angola e Moçambique, onde a agricultura tem grande importância. A UAb é a única instituição de ensino superior público à distância em Portugal e trabalha com 47 países.

Segundo a pedagoga Patrícia Lupion, consultora do SENAR-PR, trata-se de um acordo que poderá trazer benefícios às duas partes. A UAb possui uma expertise de mais de 30 anos de atuação na área de educação à distância, com técnicas e tecnologias consolidadas. “O interesse é mútuo. Nós podemos utilizar o ambiente virtual deles para

nossos cursos à distância e eles poderão utilizar o material do Agrinho, que já foi chancelado pela Unesco”, avalia.

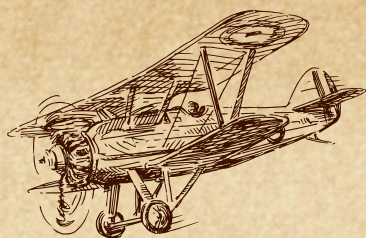
A UAb e o SENAR-PR vão discutir as bases para um convênio formal de colaboração, que poderá ser assinado em breve, abrindo novas possibilidades educacionais para os produtores paranaenses e levando o Programa Agrinho para outros países.

O Agrinho é a principal ação de responsabilidade social do Sistema FAEP/SENAR-PR. Seu objetivo central é levar às salas de aula, principalmente do interior do Estado, temas transversais, como saúde, segurança pessoal, meio ambiente, sexualidade, ética, entre outros. Com isso, a proposta é despertar a criatividade e a capacidade crítica nas crianças, levando-as à compreensão das relações que existem entre os meios urbano e rural.

Neste ano, o Agrinho completa 22 anos de existência. Ao longo desse tempo mais de uma geração de jovens foi tocada pelas suas discussões e pelos seus trabalhos. A cada ano o programa envolve cerca de 80 mil professores e 1 milhão de crianças em todas as regiões do Paraná.



AVENTURA AÉREA



EM COMEMORAÇÃO AOS 100 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, DOIS PORTUGUESES CRUZAM O ATLÂNTICO SUL EM UM AVIÃO

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por avanços tecnológicos, que estimularam grandes aventuras humanas. Voar como os pássaros e cortar grandes distâncias com um aparelho mais pesado do que o ar talvez tenha sido a maior delas. Desde os experimentos do brasileiro Alberto Santos Dumont (1873-1932) e seu 14 Bis, passando pelos norte-americanos irmãos Wilbur (1867-1912) e Orville (1871-1948) Wright, ainda nos primeiros anos do século passado, o homem buscava conquistar o ar. Menos de dez anos após Dumont levantar voo com seu aeroplano no Campo de Bagatelle, em Paris, em 23 de outubro de 1906, o avião foi usado em batalhas aéreas na Primeira Guerra Mundial.

Em 1922, dois portugueses decidiram cruzar o Oceano Atlântico em um hidroavião. A aventura fazia parte das comemorações do centenário da independência do Brasil. Em 30 de março daquele ano, o navegador Carlos Viegas Gago Coutinho (1869-1959) e o piloto Artur de Sacadura Freire Cabral (1881-1924) partiram

de Lisboa a bordo do Lusitânia, um monomotor Fairey F III-D MkII, equipado com motor Rolls-Royce. O voo de Coutinho e Cabral tiveram várias escalas e muitos percalços.

A primeira parada foi em Las Palmas, nas Ilhas Canárias (Espanha), ainda no dia 30 de março. Em 5 de abril, partiram em direção ao Arquipélago de Cabo Verde, então colônia portuguesa na África, distante cerca de 1,3 mil quilômetros. No dia 17 de abril, depois de fazer reparos no Lusitânia, os aventureiros decolaram rumo ao Brasil. Após cruzaram 1,7 mil quilômetros, no dia 18 pousaram sob o mar próximo ao arquipélago brasileiro de São Pedro e São Paulo. Tal façanha só foi possível por conta de um invento de Coutinho, ainda hoje presente na aviação: o horizonte artificial, um instrumento utilizado em conjunto com um sextante para determinar a inclinação de um corpo em relação ao horizonte.

Apesar do sucesso do voo, no pouso o hidroavião perdeu um dos flutuadores. Resgatados por um navio da Marinha portuguesa, Coutinho e Cabral foram levados até Fernando de

Noronha (PE), onde ficaram esperando a chegada de um novo Fairey F III-D MkII, enviado pelo governo de Portugal. Em 11 de maio, os dois levantaram voo em direção ao Arquipélago de São Pedro e São Paulo, para reiniciar a aventura do trecho interrompido, mas uma pane no motor obrigou Sacadura Cabral a fazer um pouso de emergência no oceano. Eles ficaram nove horas à deriva até serem resgatados por um navio inglês e levados para Fernando de Noronha novamente.

Aguardaram a chegada de um novo Failey, batizado como Santa Cruz, que levantou voo em 5 de junho do mar próximo ao Arquipélago de São Pedro e São Paulo rumo a Recife (PE). Após escalas em Salvador (BA), Porto Seguro (BA) e Vitória (ES), em 17 de junho de 1922 Gago Coutinho e Sacadura Cabral pousaram nas águas da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

Os dois portugueses percorreram 8.383 quilômetros em 79 dias, com tempo de voo estimado em 62 horas e 26 minutos. Os dois foram os primeiros a cruzarem o Atlântico a bordo de um avião e inspiraram outras aventuras aéreas sobre o oceano.

Uma referência para o Brasil

Conorzio Italiano Biogás, criado em 2009, abriu caminho para a bioenergia na Itália. Experiências desenvolvidas no país europeu podem ser multiplicadas por aqui, segundo o diretor da entidade

Por Carlos Guimarães Filho



Formalizado em 2009, o Consorzio Italiano Biogás (CIB) representa todos os elos das cadeias de biogás e biometano no setor agropecuário no país europeu. A associação, formada por mais de 700 associados, entre fazendas, produtores, empresas e instituições de pesquisa, já obteve conquistas significativas para o setor de energias renováveis, a ponto de colocar a Itália na quarta posição no ranking mundial de uso de biogás, atrás de China, Alemanha e Estados Unidos, e na segunda colocação na quantidade de plantas em áreas agrícolas – 1,3 mil.

Durante a Viagem Técnica organizada pelo Sistema FAEP/SENAR, que passou por três países – além da Itália, Alemanha e Áustria –, os presidentes de sindicatos rurais, produtores e técnicos tiveram a oportunidade de conhecer

o trabalho do CIB. O diretor de relações internacionais da associação, Riccardo Geffer Wondrich, realizou, em Roma, uma palestra sobre o avanço da bioenergia na Itália. “Vários produtores italianos têm modificado as suas práticas agrícolas após a instalação da usina biogás, e os resultados ambientais e econômicos são muito animadores.”

Segundo Wondrich, a Itália já investiu 4,5 bilhões de euros nos últimos seis anos em biogás, gerando 12 mil empregos. Porém, no campo, o desenvolvimento ainda exige muito trabalho. O CIB tem como uma das metas atingir a produção de 8 bilhões de metros cúbicos de biometano até 2030.

Leia a entrevista com o diretor de relações internacionais do CIB e os projetos que podem ser implantados no Brasil.



Boletim Informativo – De que forma o CIB atua no setor de biogás na agropecuária italiana?

Riccardo Gefter Wondrich – Além dos serviços para os associados nos âmbitos agrônomo, jurídico e energético, o Consorzio é ativo na elaboração de documentos científicos e na produção de evidências empíricas sobre os benefícios ambientais da digestão anaeróbica associada à atividade agropecuária. Nos últimos anos, essas publicações tiveram muita importância para o legislador, responsável pela regulamentação dos aspectos econômicos e ambientais do biogás de maneira coerente com as exigências dos produtores.

BI – Quais as principais conquistas do CIB ao longo dos últimos oito anos?

Wondrich – O CIB nasceu pela iniciativa de dez produtores pioneiros no biogás, que desde o começo entenderam a importância de trabalhar junto com a indústria produtora das plantas e as empresas da cadeia agropecuária. Ter hoje mais do que 700 associados é um grande resultado, assim como ser

sócio fundador da European Biogas Association, a associação europeia do setor.

BI – A meta é ampliar esse número para abranger todo o país?

Wondrich – O CIB conta com aproximadamente metade de todas as usinas biogás agropecuárias na Itália. O desafio agora é difundir a digestão anaeróbica no Sul do país, que tem grande potencial em termos de biomassas vegetais e descartes das produções agrícolas disponíveis, e acompanhar o desenvolvimento do biometano, que representa o futuro para o setor na Itália.

BI – Quando o assunto é biogás, a Itália é uma referência mundial. Qual a meta para os próximos anos?

Wondrich – Junto com Confagricoltura (um dos dois principais sindicatos agrícolas no país) e SNAM (sociedade que controla a rede dos gasodutos), o CIB tem estudado o potencial de produção de biometano na Itália até o ano 2030, projetado em 8 bilhões de metros cúbicos. Alcançar esse objetivo é a meta estratégica do Consorzio no médio/longo prazo.

BI – Apenas 2% da superfície agrícola italiana são utilizadas para cultivos energéticos. Como esse percentual pode ser ampliado nos próximos anos?

Wondrich – O objetivo não é ampliar a superfície utilizada para cultivos energéticos, mas intensificar a produção agrícola por meio de uma correta rotação das produções mantendo o campo coberto o ano todo, destinando uma safra para a alimentação humana e animal e outra para biodigestor. Chamamos *Biogasdoneright* (biogás bem feito) esse conjunto de boas práticas de agricultura conservativa e de precisão e utilização do digestor como biofertilizante.

BI – O trabalho e os projetos do CIB podem servir de referência para o Brasil?

Wondrich – A princípio, duas experiências desenvolvidas na Itália no setor biogás poderiam ser compartilhadas. A primeira é a correta gestão biológica do processo de digestão anaeróbica nos casos de co-digestão de diferentes biomassas agrícolas, pecuárias e descartes orgânicos das produções de alimentos. O biogás na Itália se caracteriza pela utilização de uma grande variedade de biomassas, e ao longo dos anos os produtores e as empresas técnicas e a análise do digestor têm acumulado uma experiência que se reflete em otimizar a produtividade da usina biogás. A segunda refere-se à recuperação do tecido orgânico dos solos por meio da correta utilização do digestor líquido e sólido, até a completa substituição dos fertilizantes químicos.

BI – Na sua avaliação, o Brasil tem potencial para se tornar um dos maiores produtores de biogás do mundo?

Wondrich – Na Itália, temos só 12,7 milhões de hectares destinadas às produções agropecuárias, 7 milhões de cabeças de gado de corte, 2 milhões de vacas leiteiras e 8,5 milhões de suínos. Graças às políticas públicas que incentivaram as energias renováveis, hoje temos 1,3 mil usinas biogás no setor agropecuário. Na comparação, o potencial do Brasil é enorme. Para tornar esse potencial uma realidade, é preciso que as autoridades reconheçam os benefícios do biogás para geração de energias elétrica, calor, biometano e biofertilizante e para reduzir os passivos ambientais de uma produção pecuária cada vez mais intensificada. Sistemas de subsídios como os que tiveram na Itália e Alemanha dificilmente são replicáveis, mas a disponibilidade de biomassas para a digestão anaeróbica no Brasil é tão grande que pode viabilizar soluções técnicas e projetos economicamente sustentáveis.

VIAGEM TÉCNICA EUROPA



 ALEMANHA  ÁUSTRIA  ITÁLIA

**TRÊS
PAÍSES**

Alemanha, Áustria
e Itália

**14
CIDADES**

16 visitas
técnicas

2,5 MIL

quilômetros
percorridos

● **Universidade de Munique (Munique)**

Uso da bioenergia no campus experimental reduz em 65% o consumo de energias convencionais.

● **Fachverband Biogás (Munique)**

Associação promove o setor de biogás por meio da sustentabilidade no campo, intercâmbio de informações e fomento da energia renovável.

● **Unidade da Fachverband Biogás (Munique)**

Usina de biogás pioneira na Alemanha produz 4,5 milhões de kWh: 10% para consumo interno e o restante para a rede pública de energia.

● **Centro de Excelência de Recursos Energéticos**

● **Renováveis de Straubing (Straubing-Bogen)**

Entidade realiza pesquisas, intercâmbio de tecnologias e apoio às empresas no lançamento de produtos.

● **Parque Solar Gänsdorf (Straubing)**

Unidade conta com 250 mil placas fotovoltaicas espalhadas por 110 hectares, com potencial de 54,5 MW de energia solar.

● **Energy Academy (Linz)**

Meta da agência estatal é de que 95% da matriz energética do país venham de fontes renováveis até 2030.

● **Organização Rohkraft (Sitzenberg-Reidling)**

Fazenda utiliza 30 mil toneladas de dejetos suíno e resíduos agrícolas para a produção

de biogás, com potência energética de 1 MW.

● **Universidade de Boku (Viena)**

Entidade realiza estudos sobre biodigestão e fermentação de diferentes biomassas, para conversão em energias elétrica e térmica e biocombustível.

● **Energie Versorgung Margarethen (Margarethen am Moos)**

Fundada por agricultores, a unidade gera energias elétrica e térmica por meio do processo de 150 ton de biomassa por dia.

● **Energy Park (Bruck an der Leitha)**

Centro desenvolve projetos voltados à utilização de biomassa, biogás, energia solar, eólica e biorreatores de algas.

- **BTS – Biogás (Bruneck)**
Empresa que projeta, implanta e oferece serviços de manutenção a usinas de biogás.

- **Fazenda La Bellotta (Turin)**
Usina de biogás da propriedade tem potência energética de 1 MW: 5% de autoconsumo e o restante injetado na rede pública de distribuição.

- **CPL - Concordia (Modena)**
Cooperativa com 600 associados produz energia elétrica a partir de células fotovoltaicas e biogás.

- **Cooperativa Intercomunale Lavoratori Agricoli (Perugia)**
Cooperativa centenária gera energia renovável a partir do dejetos dos animais e silagem.

- **Genera SpA (Narni)**
Empresa especializada na implantação de projetos para captação de energia solar e construção de usinas produtoras de biogás.

- **Conorzio Italiano Biogás (Roma)**
Itália investiu 4,5 bilhões de euros nos últimos seis anos no setor de biogás. 2% da superfície agrícola do país são utilizados para cultivos energéticos.





“A região Oeste do Paraná é grande produtora de proteína animal a partir de proteína vegetal. Essa transformação resulta em grande quantidade de dejetos, que podem ser utilizados para geração de energia renovável. A visita que fizemos à Europa nos proporcionou conhecimentos sobre energias renováveis. A produção de biogás já é uma realidade na região de São Miguel do Iguçu. É necessário apenas que tenhamos iniciativas públicas e privadas para multiplicar a produção de energias alternativas.”

José Carlos Colombari,
presidente do Sindicato Rural de São Miguel do Iguçu



“A visita foi ótima para conseguirmos perceber o potencial do uso do biogás para geração de energia renovável. Temos muitos resíduos da produção agropecuária que poderiam ser utilizados para esse fim no Brasil. Para Nova Aurora, os dejetos de suínos, aves e gado leiteiro trazem maior rentabilidade ao produtor rural e podem agregar até mesmo na economia do município.”

Itacir Braun,
presidente do Sindicato Rural de Nova Aurora



“Todas as viagens que participei pela FAEP foram importantes. São universidades a céu aberto. Nós, produtores rurais, aprendemos muito sobre energias renováveis, pois podemos ver o avanço na produção de bioenergia nas regiões que visitamos. A proposta agora é repassar essas informações aos associados do sindicato, para que os que tenham interesse possam implantar projetos em suas propriedades.”

Braz Reberte Pedrini,
presidente do Sindicato Rural de Altônia



“Nós tínhamos pouco conhecimento sobre bioenergia e as visitas foram esclarecedoras, em especial à fazenda La Bellotta. O biogás se mostrou uma fonte de renda que melhorou a realidade financeira das propriedades. Na região de Cianorte, não temos produção expressiva de gado leiteiro ou de suínos, que são grandes geradores de dejetos. Esperamos que a tecnologia que está sendo desenvolvida seja útil para o aproveitamento da cama de frango na geração de energia renovável.”

Domingos Vela,
presidente do Sindicato Rural de Cianorte



“Essa viagem foi muito importante porque viemos conhecer uma realidade que só conhecíamos pela televisão ou comentários de colegas que estiveram nesses países. Conhecemos detalhes do processo de produção de bioenergia e, cada visita foi complementando a outra e nos mostrando que eles têm consciência ambiental e aproveitaram as oportunidades.”

Leoclinio Brufatti,
presidente do Sindicato Rural de Francisco Beltrão



“Ótima viagem. Não conhecia o assunto. As visitas foram muito produtivas e as viagens devem ter continuidade, pois agregam conhecimentos importantes aos participantes. O que mais chamou a atenção foi a possibilidade do uso de diversos materiais para a produção de biogás, como a silagem de milho.”

Claudemir Buachaki,
presidente do Sindicato Rural de Sapopema

A evolução da previsão do tempo

Sistema de dados meteorológicos desenvolvido pelo Inmet traz recursos para avaliar produtividade da safra, estresse térmico de bovinos e outras importantes ferramentas para a gestão rural



Com objetivo de fornecer aos produtores rurais de todo país uma ferramenta para auxiliar a tomada de decisões no planejamento agropecuário, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) lançou recentemente o Sistema de Suporte à Decisão na Agropecuária (Sisdagro). Por meio dele, é possível obter diversos tipos de dados que vão além das informações climáticas tradicionais, tais como a produtividade da safra e as perdas ocorridas.

Esse sistema é capaz de filtrar estas e outras informações relevantes por município e por cultura agrícola, sendo hoje disponíveis seis opções: soja, arroz, milho, feijão, trigo, cana-de-açúcar e algodão. “Então o produtor que plantou feijão lá em Irati dá um clique e o sistema dá a ele o histórico de produtividade, desde o plantio até o momento, e a previsão para os próximos cinco dias”, exemplifica o diretor do Inmet, Francisco Diniz.

Segundo ele, o Sisdagro vem sendo desenvolvido nos

últimos dois anos e recentemente disponibilizou a plataforma para acesso na internet, no site do Inmet e também como aplicativo de celular. Participaram deste desenvolvimento o Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar) e o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar). “Como são órgãos mais ligados à agricultura, eles contribuíram na parte de consultoria e desenvolvimento da metodologia”, afirma Diniz.

No dia 26 de maio, o diretor do Inmet apresentou a tecnologia aos assessores técnicos do Sistema CNA/SENAR/ICNA, replicando esta apresentação para outras federações do país por meio de videoconferência.

Ao alcance de um clique

Para utilizar o Sisdagro, o usuário informa primeiramente a data de emergência (cinco dias após o plantio) da cultura que deseja verificar, o tipo da cultura (se é irrigada e a duração do ciclo), o tipo de solo (argiloso, arenoso ou misto) e qual a estação meteorológica mais próxima.

Para levantar esta última informação, existe uma ferramenta que mostra qual é a estação mais perto do seu município.

Alimentado com esses dados, o sistema gera diferentes tipos de informação de acordo com a necessidade do usuário. Dentre as funcionalidades principais estão o Balanço Hídrico, que calcula a quantidade de água no solo e sua influência no desenvolvimento das culturas vegetais; o Índice de Vegetação, que utiliza fotos de satélite para ajudar o produtor a monitorar suas áreas de plantio; e Conforto Térmico Bovino, que se baseia nas precipitações ocorridas em determinado município e na temperatura para calcular o bem-estar dos animais.

As informações levantadas podem ser observadas no site do Inmet, ou então baixadas no formato .XLS (Excel). O sistema também está acessível para smartphones, nos sistemas Android e iOS.

Projeto quer regularizar liberação de recursos para seguro rural

Especialistas defendem que política de subvenção não deveria sofrer contingenciamento



Audiência pública na Comissão de Agricultura do Senado

O projeto que trata da Política Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários, que tramita no Congresso, prevê acabar com o fluxo irregular de recursos para o seguro rural no país. Esta é a opinião dos especialistas que participaram, no dia 31 de maio, de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado, em Brasília, para discutir o texto. O projeto foi elaborado pela comissão em 2016, após a análise da política pública do seguro rural no Brasil.

Um dos pontos do projeto (PLS 4/2017) sugerido pela comissão estabelece que as despesas com a subvenção de gestão de riscos na área rural serão incluídas nas dotações orçamentárias das operações oficiais de crédito, sob supervisão do Ministério da Fazenda. Essa dotação,

segundo o senador Wellington Fagundes (PR-MT), relator do texto, não costuma passar por contingenciamentos frequentes.

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) apontou a insegurança causada pela baixa execução dos recursos previstos nos planos trienais. Assim, os agentes operadores do programa não teriam base para projetar seus planos de negócio em relação aos produtos de seguro rural. O tribunal observa, ainda, que o fluxo de recursos para o pagamento de subvenção para os operadores tem sido irregular, com constantes contingenciamentos.

“A gente consegue reconhecer que houve um grande

avanço ao prever essa subvenção de gestão de riscos correndo à conta das dotações orçamentárias das operações oficiais de crédito, porque essa rubrica sofre menos influência de contingenciamento. Nós poderíamos, talvez, avançar um pouco mais em discussões que pudessem resolver esse problema”, apontou Junnius Marques Arifa, secretário de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do TCU.

O coordenador-geral do Seguro da Agricultura Familiar da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, José Carlos Zukowski, diz acreditar que um dos principais problemas do seguro no Brasil não é a legislação, e sim a falta de recursos para a subvenção.

O diretor do Departamento de Gestão de Riscos Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Vitor Ozaki, concorda. Hoje, segundo o diretor, o orçamento do seguro rural faz parte das despesas não obrigatórias do ministério, o que leva a cortes.

“Um ponto forte nesse projeto é a questão do orçamento: dar a estabilidade orçamentária para a gente gerenciar os programas de gestão de risco rural”, afirmou.

Iniciativa privada

O projeto institui o Programa de Seguro Rural Público, com cobertura básica e contratação obrigatória, e um Programa de Seguro Rural Privado, com cobertura ampliada e contratação não compulsória, para cobrir riscos excedentes não amparados pelo primeiro. O governo poderá submeter o seguro público a um programa de resseguro via consórcio de seguradoras.

Para José Ângelo Mazzillo Júnior, chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro do Banco Central, qualquer solução adotada tem que transferir o risco para a iniciativa privada.

“É preciso maximizar a participação dos entes privados. Isso dá maior previsibilidade, inclusive, para o governo. Se o governo assume risco que não deve, o orçamento evidentemente acaba ficando volátil, flutuando ao longo do tempo, e não dá para ter previsibilidade sobre o quanto o Estado pode apoiar essa ou aquela política”, explicou.

Banco Central

Como ponto a ser modificado no projeto, Mazzillo Júnior citou a participação do Banco Central no Conselho Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários (Conagro). Para ele, apenas os órgãos setoriais devem ser incluídos. A opinião foi reforçada pelo vice-presidente da Comissão Nacional de Política Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e coordenador do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, Pedro Loyola. Para ele, o projeto faz muitas referências desnecessárias ao Conselho Monetário Nacional, que não precisa fazer parte dessa política.

Loyola fez várias sugestões ao texto e disse que a lei deveria ser mais genérica e deixar alguns pontos para a regulamentação. Assim, os pontos que tivessem necessidade de atualização mais frequente não dependeriam da aprovação de uma nova lei.

O relator do texto, senador Wellington Fagundes, lembrou que o projeto ficará em consulta pública até o dia 30 de junho. Ele garantiu que vai ouvir as sugestões de todos os especialistas para aperfeiçoar o texto.



Porto paranaense é campeão nacional na movimentação de fertilizantes

Estudo do Departamento Técnico e Econômico da FAEP mapeou o escoamento da produção agropecuária do Estado

Por André Amorim

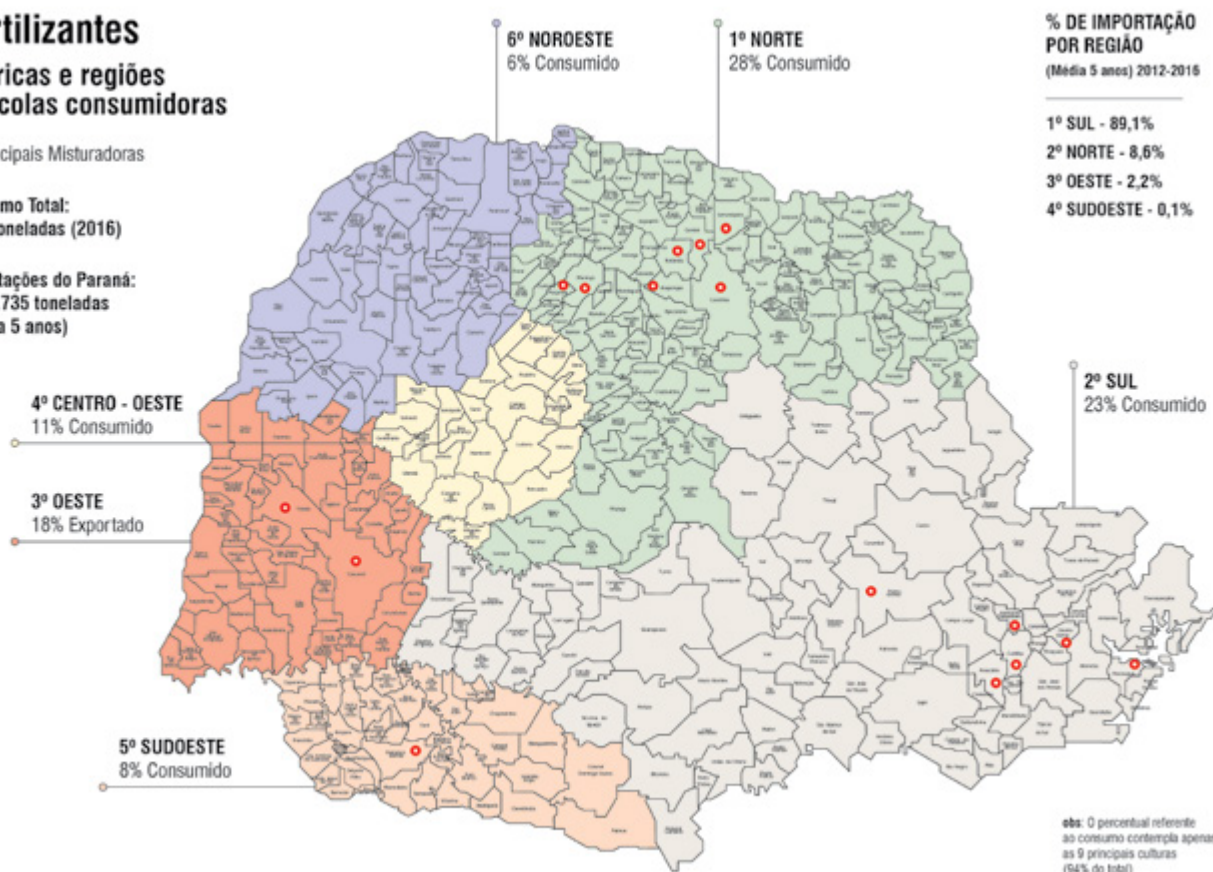
Fertilizantes

Fábricas e regiões agrícolas consumidoras

● Principais Misturadoras

Consumo Total:
3,66 toneladas (2016)

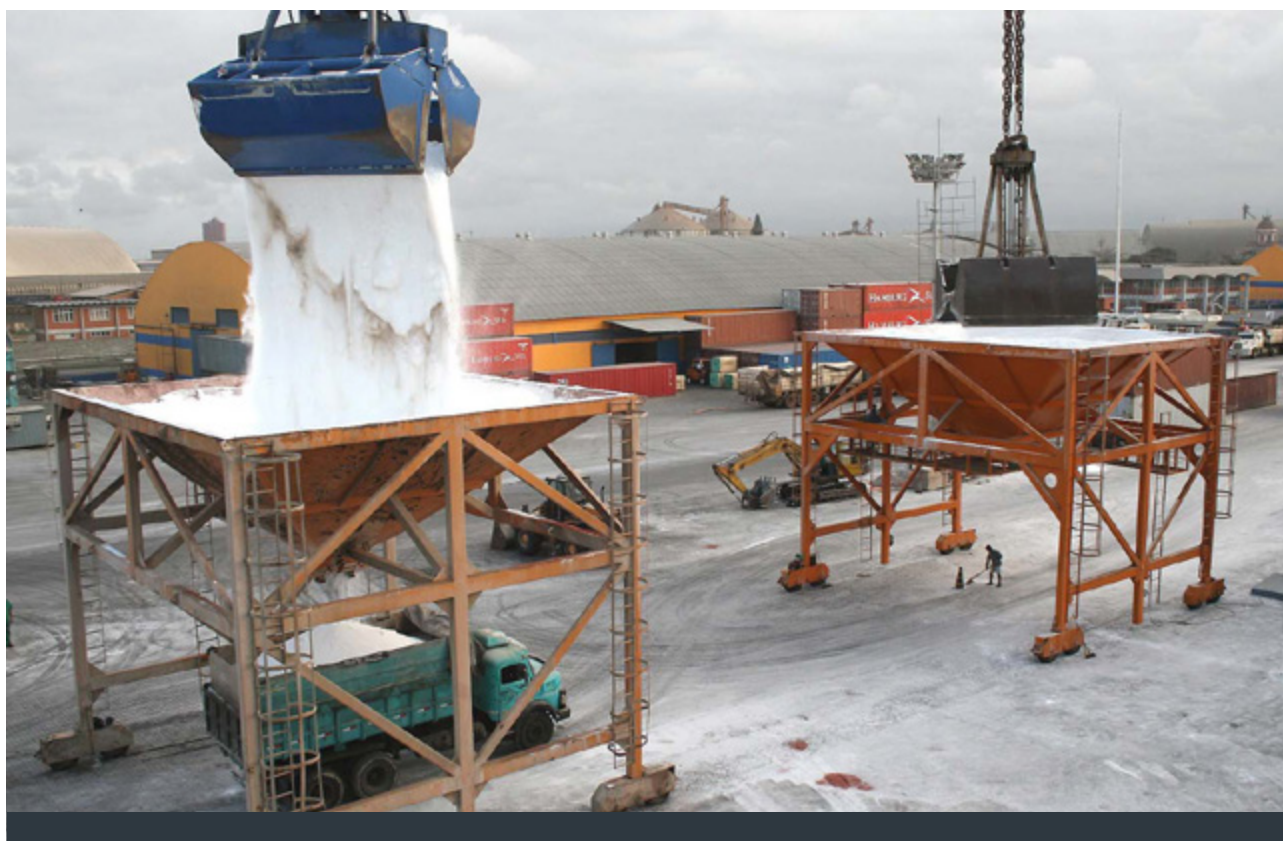
Importações do Paraná:
4.368.735 toneladas
(média 5 anos)



Estado de forte vocação agrícola, o Paraná tem na movimentação de fertilizantes um ponto estratégico da sua economia. Não é por acaso que a maioria dos fertilizantes importados entra no Brasil via Porto de Paranaguá. Nos últimos cinco anos, o terminal recebeu 37% das importações brasileiras desses produtos.

Esta e outras informações relevantes para compreender as operações logísticas das principais cadeias produtivas do agronegócio paranaense estão no estudo “Potencial de

Escoamento da Produção Agropecuária Paranaense”, elaborado pelo Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP. Nele estão dados sobre produção e escoamento das principais culturas agrícolas do Estado: soja, milho, trigo, feijão, avicultura (apenas frangos), suinocultura, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, cultivos florestais, cana-de-açúcar, batata e mandioca. A cadeia dos fertilizantes, insumo indispensável para a produção agrícola, também está mapeada.



O Brasil importa cerca de 70% das matérias-primas para formulação de fertilizantes. Em essência, são utilizados três elementos nestas fórmulas: nitrogênio, fósforo e potássio – cujos elementos químicos formam a sigla NPK. A produção dos fertilizantes nitrogenados está ligada à cadeia do petróleo e gás, sendo a Refinaria Getúlio Vargas (Repar), em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba) o principal produtor paranaense.

No caso do potássio, aproximadamente 90% dos produtos utilizados no Brasil vêm de fora, principalmente de países como Rússia e Canadá. A dependência dos fosfatados não é tão intensa. Produzimos cerca de 50% da nossa demanda. Como são importados, as variações do dólar afetam diretamente o preço desses insumos, além de serem acrescidos pelo frete internacional.

De acordo com um estudo encomendado pela Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná (Sepl), a cadeia de fertilizantes é a segunda maior em movimentação no Porto de Paranaguá, atrás apenas da soja em grão. Em 2016, chegaram por lá 8,66 milhões de toneladas de NPK. Para efeito de comparação, no mesmo ano o total movimentado nos portos brasileiros foi de 23,8 milhões de toneladas. Até 2030, o estudo prevê que a quantidade de fertilizantes movimentada no porto paranaense tenha um aumento de 45%.

Dos fertilizantes que entraram no Brasil via Paranaguá em 2016, 46% ficaram no Paraná, 30% foram destinados ao Mato Grosso, 9% a Goiás, 6% ao Mato Grosso do Sul

e 2,6% para Minas Gerais. As regiões paranaenses que recebem os maiores fluxos destes produtos são Norte, Sul e Oeste, nesta ordem.

Dentro do Paraná, o principal destino dos fertilizantes importados, em 2016, foi a cidade de Paranaguá. Na sequência foram Ponta Grossa (nos Campos Gerais), Cascavel (Oeste) e Curitiba. Uma estimativa dos últimos cinco demonstra que Paranaguá foi o destino de 84% dos fertilizantes importados, seguida de Maringá e Sertãozinho, com 4% cada, Ponta Grossa, Cascavel e Curitiba, com 2% cada uma.

Vale lembrar que tanto Curitiba quanto Paranaguá não são os destinos finais das importações. São cidades onde há grande concentração de empresas misturadoras. Depois de serem formulados por estas empresas, os fertilizantes seguem para o interior do Estado, onde serão aplicados na agricultura.

De acordo com o gerente executivo do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas no Estado do Paraná (Sindiadubos-PR), Décio Gomes, nos últimos cinco anos a logística de fertilizantes no Porto de Paranaguá melhorou bastante. Um dos principais problemas dos importadores destes produtos chama-se demurrage, que é a multa cobrada pela sobreestadia de navios que ficam aguardando nos portos. A cada dia de atraso no descarregamento, o armador da embarcação cobra entre US\$ 10 mil e US\$ 12 mil, valor que muitas vezes inviabiliza a operação. “Se o navio fica parado três dias, lá se vão 36 mil dólares de multa do importador. Eventualmente isso pode

ser passado para o preço final do adubo”, explica.

Segundo Gomes, a questão da demurrage melhorou desde que a atual gestão assumiu o comando da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa). Na sua avaliação, o principal problema hoje, que não é de competência da administração portuária, é a disponibilidade de caminhões para o transporte dos fertilizantes entre os pátios de desembarque no porto e os armazéns. O trecho é curto, mas em tempos de pico faltam veículos, o que acaba onerando a operação.

Estradas e trilhos

De acordo com o estudo da FAEP, o principal modal de transporte utilizado pelos fertilizantes depois que estes chegam a Paranaguá é o rodoviário, utilizado para movimentar 94% das cargas. O transporte ferroviário corresponde a uma parcela ínfima do transporte de fertilizantes. Das 8,66 milhões de toneladas de NPK que desembarcaram em Paranaguá em 2016, 8,13 milhões de toneladas foram transportadas em caminhões e 525.803 toneladas em vagões de trem.

Calendário

Alinhados à dinâmica da agricultura, as compras e entregas de fertilizantes têm uma sazonalidade própria. Observando a média dos últimos cinco anos, é possível afirmar que a comercialização de fertilizantes se concentra no segundo semestre, sendo o período mais intenso de

entregas entre julho e outubro, atingindo o seu máximo em setembro, período de plantio da safra de verão.

Vale lembrar que a indústria costuma antecipar as importações, que acabam distribuídas nos dois semestres do ano. Por questões de logística e armazenamento, via de regra, os produtores rurais realizam as compras um pouco mais tarde, para que as entregas fiquem mais próximas da data do plantio.

O ano de 2017 começou com importações recordes. No cenário nacional, em janeiro as entregas foram 23,6% maiores do que as realizadas no mesmo mês de 2016. O Porto de Paranaguá movimentou no primeiro mês deste ano 516.991 mil toneladas de fertilizantes, das quais 269.507 ton (52%) tiveram como destino o Paraná e 155.964 ton (30%) o Mato Grosso.

As culturas que mais consomem fertilizantes, segundo o estudo, são soja, milho e cana-de-açúcar, estes três setores juntos representam 72% dos fertilizantes consumidos no Brasil em 2015. Segundo o estudo da FAEP, a maior demanda por fertilizantes no Estado ocorre na região Norte que concentra a maior área plantada de soja, milho, café e trigo. Naquele ano, o Norte paranaense consumiu 28% dos fertilizantes, enquanto a menor demanda do Estado ocorreu na região Noroeste que utilizou somente 6%.

No computo estadual, em 2015 a soja representou 53% da demanda de fertilizantes, seguida do milho, com 21%, e da cana-de-açúcar, com 6%.

O estudo “Potencial de Escoamento da Produção Agropecuária Paranaense” pode ser lido na íntegra no site do Sistema FAEP no link serviços.



Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 03 - SAFRA 2017/18

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 25 de maio de 2017, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprova e divulga o preço do ATR realizado em maio de 2017 e o valor final do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2017/18, que passam a vigorar a partir de 1º de junho de 2017.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de maio de 2017 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM MAIO DE 2017 - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,07%	54,32	2,09%	54,55
AME	35,25%	66,15	23,41%	65,93
EAC - ME	4,96%	1.940,68	4,06%	1.915,91
EAC - MI	24,63%	1.634,49	30,57%	1.652,70
EA - of	0,05%	1.752,00	0,06%	1.770,00
EHC - ME	0,00%	-	0,00%	-
EHC - MI	30,84%	1.450,10	38,25%	1.459,47
EH - of	2,20%	1.511,97	1,55%	1.511,67
obs: EAC - ME + MI + of	29,64%	1.685,94	34,69%	1.683,70
EHC - ME + MI + of	33,04%	1.454,22	39,81%	1.461,51

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,07%	0,6159	2,09%	0,6185
AME	35,25%	0,7531	23,41%	0,7505
EAC - ME	4,96%	0,6828	4,06%	0,6741
EAC - MI	24,63%	0,5750	30,57%	0,5815
EA - of	0,05%	0,6164	0,06%	0,6227
EHC - ME	0,00%	-	0,00%	-
EHC - MI	30,84%	0,5324	38,25%	0,5359
EH - of	2,20%	0,5552	1,55%	0,5550
Média		0,6304		0,6077
obs: EAC - ME + MI + of	29,64%	0,5932	34,69%	0,5924
EHC - ME + MI + of	33,04%	0,5340	39,81%	0,5366

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,19%	54,55
AME	53,21%	60,00
EAC - ME	0,38%	1.915,91
EAC - MI	19,55%	1.739,84
EA - of	0,01%	1.770,00
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	26,52%	1.549,55
EH - of	0,14%	1.511,67

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	0,19%	0,6185
AME	53,21%	0,6831
EAC - ME	0,38%	0,6741
EAC - MI	19,55%	0,6121
EA - of	0,01%	0,6227
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	26,52%	0,5690
EH - of	0,14%	0,5550
Média		0,6386

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	69,73	77,89
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	69,73	77,89

Maringá, 25 de maio de 2017

PAULO ROBERTO MISQUEVIS / Presidente

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Vice-presidente

Safra de verão

A safra de grãos de verão 2016/17 no Paraná foi 23% maior do que a anterior, segundo levantamento divulgado no dia 29 de maio pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab). Com a colheita praticamente

encerrada, foram colhidas 24,8 milhões de toneladas no Estado. A expectativa é que a segunda safra, que já está em período de formação no campo, chegue a cerca de 14 milhões de toneladas. Somando as 3,7 milhões de toneladas correspondentes aos cereais de inverno – trigo, cevada, centeio e sorgo – o Paraná deve fechar com uma produção de 42 milhões de toneladas de grãos em 2017, dependendo das condições climáticas do restante do ano.

Comissão debate qualidade da carne e da lã de ovinos

A Comissão de Caprino e Ovinocultura da FAEP se reuniu dia 29 de maio, em Curitiba. No encontro, foi debatido a qualidade da carne e da lã de ovinos no Paraná. Também foi relatada experiências de produtores de ovinos da Região Metropolitana de Curitiba. Foi a segunda reunião da comissão neste ano e contou com a presença de representantes de cooperativas de ovinos no Estado (Castrolanda e a Cooperaliança), dos sindicatos rurais de Ponta Grossa, Guarapuava e Bandeirantes, professores da Universidade Estadual do Norte Pioneiro (UENP) e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), além de representantes da FAEP, do SENAR-PR e do Sebrae.



México pode comprar mais grãos do Brasil

Uma missão mexicana veio ao Brasil para conhecer a produção de grãos brasileira. O México busca alternativas para reduzir sua histórica dependência do milho e da soja produzidos nos Estados Unidos. Segundo dados do último relatório do Departamento de Agricultura dos EUA (Usda), as importações mexicanas de milho norte-americano alcançarão 14,8 milhões de toneladas na safra 2016/17. A missão mexicana esteve, em maio, em alguns estados brasileiros, onde manteve reuniões bilaterais. Os mexicanos teria saindo satisfeitos com o que viram e podem ampliar as importações de grãos do Brasil.





LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Super-mamão - O Senhor Domingos Vela, de Cianorte, encaminhou esta foto das suas netas Gabriela e Camila com um super-mamão de quase sete quilos produzido em sua propriedade.



Ninho inusitado - As curruínas encontraram um local inusitado para fazer seu ninho: dentro de um tênis. O flagra foi enviado para o Boletim Informativo pelo leitor Valmir Roque Boaretto, de Nova Aurora.

Os 116 anos da Esalq

Principal referência nacional na área de pesquisa e ensino da Agronomia, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP) completou, no dia 3 de junho, 116 anos de fundação. A comemoração da data ocorreu no dia 1.º de junho, com realização de uma sessão solene e o lançamento de uma exposição dos registros históricos da instituição.



Fruticultura integrada

A Embrapa desenvolveu um novo sistema de produção de agricultura integrada, o Sistema Filho (Fruticultura Integrada com Lavouras e Hortaliças). Os estudos começaram em 2008. Os pesquisadores buscavam alternativas de cultivos para o aproveitamento agrícola das entrelinhas dos pomares. “Quando o produtor estabelece um pomar, como as mudas

utilizadas são geralmente pequenas, o espaço físico disponível nas entrelinhas é muito grande e geralmente não aproveitado”, afirma Tadeu Gracioli, pesquisador da Embrapa Cerrados. Segundo o pesquisador, o espaço disponível pode ser utilizado para a produção de culturas de ciclo curto, especialmente nos anos iniciais. Gracioli ressalta que as entrelinhas dos pomares, apesar de ociosas, acabam dando trabalho ao agricultor. “Na implantação das fruteiras, o produtor tem que se preocupar com o controle de plantas daninhas.”



CIANORTE

COLHEDORA DE CANA

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu, entre os dias 6 e 17 de março, o curso Operação e Manutenção de Colhedoras Automotrizes – Colhedora de Cana. Participaram 11 trabalhadores rurais com instrutor Sinaldo Alves.



RIO AZUL

CONSERVAS

O Sindicato Rural de Rio Azul promoveu, nos dias 13 e 14 de abril, o curso Produção Artesanal de Alimentos, Conservação de Frutas e Hortaliças, Conservas Molhos e Temperos. Participaram 16 produtoras com a instrutora Marilsa Simone Retzlaff.



IVAÍ

MARACUJÁ

O Sindicato Rural de Ivaí promoveu, nos dias 20 e 21 de março, em sua extensão de base em Guamiranga, o curso Cultivo de Maracujazeiro. Participaram dez produtores rurais com a instrutora Karina Calil Caparroz.



SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

INCLUSÃO DIGITAL

O Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina promoveu, em sua extensão de base em Guapirama, entre os dias 2 e 12 de maio, o curso Inclusão Digital introdução a informática – Word, Excel, E-mail e Internet. Participaram 14 pessoas com o instrutor Guilherme Tavares Vasconcelos.



TEIXEIRA SOARES

MANEJO E ORDENHA

O Sindicato Rural de Teixeira Soares, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, promoveu, entre os dias 8 e 12 de maio, o curso Bovinocultura de Leite – Manejo e Ordenha. Participaram 12 produtores rurais com o instrutor Edgard Pilati Filho.



PALOTINA

CASQUEAMENTO

O Sindicato Rural de Palotina, em parceria com a UFPR, promoveu em abril o curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite – Casqueamento de Bovinos de Leite. Participaram 15 pessoas com o instrutor Euler Marcio Ayres Guerios.



UBIRATÃ

TRANSPORTE DE CARGAS

O Sindicato Rural de Ubatã promoveu, entre os dias 15 e 19 de maio, o curso Condutores de Veículos – Detran – Veículo de Transporte Rodoviário Cargas Indivisíveis. As aulas foram ministradas pelo instrutor Aparecido Vieira. Participaram 14 produtores rurais.



GUARAPUAVA

PRIMEIROS SOCORROS

O Sindicato Rural de Guarapuava promoveu, nos dias 22 e 23 de maio, o curso Primeiros Socorros. Participaram 12 pessoas com o instrutor Fernando Jodas Gonçalves.

VIA RÁPIDA



Vista cansada

Quem passou dos 40 anos já deve ter percebido que aquelas letras pequenas de uma bula de remédio, por exemplo, ficaram mais difíceis de serem enxergadas. Outra constatação é o hábito de afastar jornais e livros para tentar decifrar o que significa aquele emaranhado de letras, sinais e imagens. Infelizmente, segundo os oftalmologistas, a famosa vista cansada (presbiopia) atinge quem já tem mais de quatro décadas de vida, já que o cristalino, responsável pelo foco da visão para curta distância, não funciona como antes. Para combater essa alteração fisiológica da musculatura dos olhos só usando um par de óculos.

Joãozinho e o arroz

O professor pergunta ao Joãozinho:

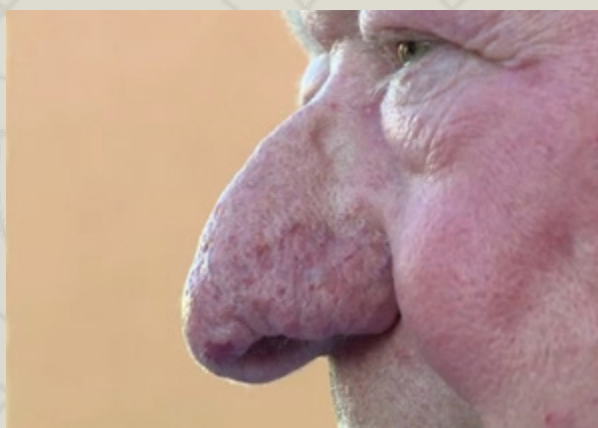
- Arroz é com S ou com Z?

E o Joãozinho responde:

- Aqui na escola eu não sei, mas lá em casa é com feijão.

Soneca faz bem

Aquela irresistível vontade de tirar uma soneca após o almoço faz bem. Segundo especialistas, cochilar 15 a 40 minutos ajuda a diminuir o estresse, além de estimular a concentração, o aprendizado e a memorização, melhorando a disposição física e mental. O hábito da siesta, comum na Espanha e na Itália, de acordo com estudos, pode prevenir problemas cardíacos. O soninho pós-almoço só não é recomendado para quem tem problemas estomacais, já que a soneca pode prejudicar, nesses casos, a digestão.



O maior nariz do mundo

O holandês Hans Roest é um campeão. Graças aos 11,84 centímetros de seu nariz, Roest venceu o campeonato de maior napa do mundo, em Langenbruck, na Alemanha. A medida do nariz do holandês somou os 6,59 centímetros do comprimento com os 5,25 cm da largura. Na categoria feminina, a alemã Susanne Kloiber ficou com o título. A napa de Susanne mediu 10,35 centímetros no total. O torneio é organizado pelo Clube do Nariz de Langenbruck a cada cinco anos e atrai competidores de toda a Europa.



“A terra ensina-nos mais acerca de nós próprios do que todos os livros. Porque ela nos resiste.”

Antoine de Saint-Exupéry,
escritor e aviador francês.



**Essa
é para
quem
gosta de
basquete**

Você sabia que o Boston Celtics é o maior vencedor da liga norte-americana de basquete? O time venceu 17 campeonatos, sendo sete torneios consecutivos nos anos 1960, e foram vice-campeões quatro vezes. Os Celtics são seguidos de perto pelos Los Angeles Lakers, que já levantaram 16 canecos na terra do Tio Sam. Os Lakers foram vice 15 vezes. Mas o melhor aproveitamento em finais é do Chicago Bulls. O time comandado por Michael Jordan venceu as seis disputas que disputou em sua história.

Estímulo

Um fazendeiro tinha um lindo cavalo. Um certo dia o bicho adoeceu gravemente e já não conseguia mais parar em pé. Ao ver o cavalo naquele estado, o fazendeiro resolveu chamar um veterinário.

O veterinário examinou o cavalo durante um longo tempo e, por fim, disse:

- O seu cavalo está com uma virose muito grave. Eu dei uma injeção, mas não sei se o bicho vai reagir. Amanhã voltarei e se ele não reagir, infelizmente teremos que sacrificá-lo.

O porco, vizinho de estábulo do cavalo, ao ouvir a conversa ficou compadecido com a situação do amigo.

- Ei, você tem de reagir. Não pode se entregar desse jeito. Descansa bastante hoje à noite e amanhã você estará novo em folha.

O cavalo relinchou baixinho, agradecendo.

No dia seguinte, o cavalo continuava deitado quando o veterinário chegou.

- Infelizmente vamos ter de sacrificá-lo, lamentou o veterinário.

E o porco, quase desesperado:

- Ei, amigo, levanta! Vamos, força! É agora ou nunca!

Nisso, num esforço fenomenal, o cavalo levanta-se lentamente e depois sai correndo.

- Viva, comemorou o fazendeiro. O cavalo se recuperou. Vamos fazer uma festa para comemorar. Mata o porco.



UMA SIMPLES FOTO



COMO ALCANÇAR A FELICIDADE

sos, calorosos e próximos para com os outros automaticamente descansa a mente. Isto ajuda a remover quaisquer temores ou inseguranças que possamos ter e, nos dá força para enfrentarmos quaisquer obstáculos que encontramos. É a principal fonte de sucesso na vida.

Enquanto vivemos neste mundo estamos destinados a encontrar problemas. Se, nessas ocasiões, perdemos a esperança e nos desencorajamos, diminuímos nossa habilidade de encarar as dificuldades. Se, por outro lado, nos lembramos que não se trata apenas de nós, mas, que todos têm de passar por sofrimento, esta perspectiva mais realista aumentará nossa capacidade e determinação para sobrepujarmos os problemas. Na verdade, com essa atitude, cada novo obstáculo pode ser encarado como sendo mais uma valiosa oportunidade de aprimorar nossa mente.

Desse modo, podemos gradualmente nos esforçar para nos tornarmos mais compassivos, ou seja, podemos desenvolver tanto a genuína empatia pelo sofrimento dos outros, quanto a vontade de ajudar a remover sua dor. Como resultado, crescerão nossas próprias serenidade e força interior.

Dalai Lama

Para começarmos, podemos dividir todo tipo de felicidade e sofrimento em duas categorias principais: mental e física. Das duas, é a mente que exerce a maior influência em muitos de nós. A menos que estejamos gravemente doentes, ou privados de nossas necessidades básicas, a condição física representa um papel secundário na vida. Se o corpo está satisfeito, praticamente o ignoramos. A mente, entretanto, registra cada evento, por mais pequeno que seja. Por isso, deveríamos dedicar nossos mais sérios esforços à produção da paz mental.

A partir de minha própria limitada experiência, descobri que o mais alto grau de tranquilidade interior vem do desenvolvimento do amor e da compaixão. Quanto mais nos ocuparmos com a felicidade alheia, maior se tornará nossa sensação de bem-estar. O cultivo de sentimentos amoro-

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

•FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

•SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

